

OMNIA

SAÚDE

Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI)
www.fai.com.br

LOPES, Anelize Bogalhos; RUMIN, Cassiano Ricardo. A autogestão nos serviços de assistência social: autonomia e promoção da saúde. Omnia Saúde, v.5, supl, p.1-16, 2008.

A AUTOGESTÃO NOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: AUTONOMIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE

A SELF-MANAGEMENT IN SOCIAL SERVICES: HEALTH PROMOTION AND AUTONOMY

Anelize Bogalhos Lopes

Especialista em Psicologia da Saúde (FAI)

Cassiano Ricardo Rumin

Mestre em Ciências Médicas (FMRP/USP)

RESUMO

A tentativa de reduzir a vulnerabilidade de grupos populacionais envolve a articulação destas populações a programas de transferência de renda. A partir das perspectivas da autogestão e da Economia Solidária, o objetivo deste trabalho envolveu a promoção da saúde e da autonomia de mulheres beneficiárias de programas de transferência de renda. A metodologia adotada compreendeu o desenvolvimento de oficinas participativas de geração de renda, baseadas nos princípios da autogestão. Os resultados indicaram que ao considerar que a promoção da saúde se efetiva no envolvimento contínuo com as relações societárias, a proposição do trabalho autogerido pode ser compreendido como meio que proporciona esta finalidade. O estabelecimento da autonomia, ao se ampliar do parâmetro financeiro, enfatiza a interlocução com os grupos presentes no espaço comunitário. Nesse sentido a autonomia se refere a interpretação das trocas sociais como espaços intersíquicos de investimento. Conclui-se, indicando que os processos de aprendizagem que são emoldurados nas atividades das oficinas autogestionárias mobilizam os indivíduos a uma distinta percepção da comunidade; passa a ligá-la como campo para a realização de enlaces e apropriações, que se firmam além das trocas materiais.

Palavras-chaves: Autogestão; Autonomia; Psicologia Social Comunitária; Promoção da Saúde.

ABSTRACT

The attempt to reduce the vulnerability of populations involves the articulation of these populations to income transfer programs. From the perspective of self-management and the Solidarity Economy, the objective of this work involved the promotion of health and autonomy of women beneficiaries of income transfer programs. The methodology involved the development of participatory workshops to generate income based on the principles of self management. The results indicated that in considering that health promotion is effective in the ongoing engagement with the corporate relations, the proposition of self-managed work can be understood as means by which this purpose. The establishment of autonomy, to widen the financial parameter, emphasizes dialogue with groups in the community space. In this sense, autonomy refers to the interpretation of social exchange as spaces intersychic investment. It follows, indicating that the learning processes that are framed in the activities of self-management workshops mobilize individuals to a distinct perception of the community, is on again as an arena for the realization of linkages and appropriations, which are beyond the sign material exchanges.

Key Words: Self-Management, Autonomy, Community Social Psychology, Health Promotion

INTRODUÇÃO

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública que visa diminuir a exposição de grupos populacionais ao risco e vulnerabilidade social (MDS, 2009). A noção de risco social está baseada na propensão de participação em ciclos de criminalidade em razão da privação de condições materiais mínimas. Já a vulnerabilidade envolve a limitação do desenvolvimento de princípios de cidadania. De acordo com Dallari (1998)

“A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social” (DALLARI, p. 14, 1998).

O conjunto de direitos abarcados no conceito de cidadania é uma referência nas ações de Psicologia Social Comunitária, onde as expressões discursivas de todos os interlocutores sociais são legítimas e constituídas no espaço relacional. De acordo com Freitas (1999) a psicologia social comunitária utiliza-se do enquadre teórico da psicologia social, privilegiando o trabalho com grupos e colaborando para a formação da consciência crítica acerca das relações que envolvem a participação em comunidade.

As políticas públicas dirigidas a populações em risco social ou vulnerabilidade podem se servir das proposições da Psicologia Social Comunitária na execução de seus projetos para buscar se distanciar do efeito incômodo destas políticas que “acabam adquirindo consistência compensatória e assistencialista” (Godoy & Cruz, 2010 p.177). Neste caminho a proposta dos CRAS compreende o desenvolvimento de potencialidades e aquisições, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e a ampliação do acesso aos direitos civis. Por isso, exige a orientação de propostas da Psicologia Social Comunitária para atender seus objetivos.

A oferta dos serviços no CRAS deve ser planejada no sentido de abarcar as demandas emergentes no espaço comunitário e mobilizar os atores sociais para o enfrentamento das situações críticas. Por isso propõe o diálogo da Psicologia Social Comunitária com a Psicologia Clínica, tomamos o significado de clínica em nossa proposta, não como uma área, mas como uma abordagem (Brandão e Costa, 2005). Tal abordagem está focada na mudança, prevenção ou melhoria de uma determinada situação. Nery e Costa (2008) explicita a ampliação das intervenções terapêuticas que atendiam a denominação de Psicologia Clínica ao articular o sofrimento humano as condições sócio-políticas e a ocupação do espaço social:

“A Psicologia Clínica necessitou expandir a concepção do fato clínico, quando admitiu que, em determinados fatos sociais (entre eles, a desigualdade social, a liberdade sexual, a intolerância com as diferenças, o racismo, a corrupção, o tráfico de drogas, o trabalho escravo, o desemprego, a fome, a miséria, a violência, o terrorismo e as guerras para a manutenção do capitalismo desumano), e em fatos naturais (como as catástrofes ecológicas), estão presentes sofrimentos humanos e grupais, que exigem intervenções terapêuticas cada vez mais inovadoras” (Nery e Costa, 2008 p. 242).

Dentre as condições inovadoras deve-se salientar a intervenção junto a grupos que estão articulados a programas de transferência de renda. A partir das necessidades previamente observadas da população local do município de Sagres/SP, notou-se de um lado, um número

significativo de mulheres cadastradas no Programa de Transferência de Renda do Governo Federal Bolsa Família; e do Governo Estadual Renda Cidadã; e por outro uma grande defasagem do município para ofertar oportunidades de emprego e/ou geração de renda.

A transferência de renda é uma forma paliativa para melhorar a qualidade de vida do grupo de mulheres e de seus membros familiares. A instrumentalização desta população para a efetivação de sua cidadania dependeria de uma intervenção terapêutica focada na análise das condições sócio-políticas e na promoção da cidadania. Assim a transferência de renda deveria se assentar em projetos autogestionários que poderiam impulsionar a ativa participação social.

Autogestão e Economia Solidária: pressupostos teóricos e técnicos para a intervenção em Psicologia

Segundo LECHAT (2008) autogestão significa literalmente administrar, gerir a si mesmo, do grego *autos* (si mesmo) e do latim *gest-o*, (gerir), mas é utilizado para designar grupos que se organizam sem uma chefia. O princípio da autogestão parte então do pressuposto filosófico e político de que os homens são capazes de se organizarem sem dirigentes.

Segundo Singer (2002):

“a experiência de trabalho autogestionário traz consigo um potencial educativo, ou seja, a autogestão, através das práticas que a envolvem, permitiria educar e transformar o comportamento dos sujeitos, no sentido de que suas ações passassem a ser pautadas por valores ideológicos que não aqueles das relações sociais capitalistas” (p 19).

As características da organização autogestionária são as seguintes: posse coletiva dos meios pelos quais os indivíduos exercem a atividade econômica (produção, poupança, serviços, etc.); gestão democrática e igualitária do empreendimento através do princípio "um membro igual a um voto" e, sendo, assim, o órgão máximo de decisões é a assembléia geral; divisão dos ganhos e perdas financeiras da empresa de forma igualitária ou por critérios acordados pelo coletivo, e recusa ao assalariamento permanente (AZAMBUJA, 2009 p. 294).

É devido a estas características que o modelo autogestionário, segundo Singer (2002), ofereceria as condições para que os trabalhadores incorporassem valores ideológicos diferentes e até mesmo opostos daqueles presentes nas relações sociais e econômicas capitalistas:

“A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e de decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura” (SINGER, 2002, p. 21).

Assim, a participação num empreendimento autogerido não seria apenas uma questão de interesse econômico, mas envolveria uma opção e educação político-ideológica do trabalhador "*contra os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho*" (SINGER, 2002 p. 21-22).

Essas iniciativas assumem diversas formas: cooperativas, pequenas empresas de caráter familiar e/ou comunitário, bancos populares, clubes comunitários de troca, entre outras. Diante desta diversidade, no Brasil, o que diferenciaria os empreendimentos solidários das

demais iniciativas que surgem pelas mesmas razões estruturais mencionadas acima, seria o fato de que elas estariam organizadas sob a forma da *autogestão*.

É preciso destacar que, para Singer (2002), a autogestão tem um caráter educativo, pois o indivíduo se envolve com proposições da Economia Solidária. Nesta experiência as representações são incorporadas pelos trabalhadores através da cultura do regime de assalariamento e das relações sociais capitalistas necessitam ser decompostas para que a integridade do modelo de autogestão seja mantida. A decisão acertada em princípios democráticos é um valor a ser desenvolvido nas práticas pedagógicas autogestionárias, pois: "*O perigo da degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios*" (SINGER, 2002, p. 21).

Outros conceitos e valores que comporiam os pressupostos para o desenvolvimento da Economia Solidária seriam o engajamento, a ação coletiva e a solidariedade. O engajamento compreenderia a partilha de responsabilidade e uma práxis horizontalizada de gestão. A ação coletiva abrangeria a coesão das ações dos atores sociais em torno do objetivo delimitado no processo democrático de decisão. Razeto (1997) questiona a visão filantrópica que se criou em torno do conceito de solidariedade e a entende como uma formulação transformadora de uma nova racionalidade de participação nas relações societárias; a solidariedade estaria acentada no pressuposto de investimento objetual em proposições dispares do narcisismo.

Assim, as iniciativas de Economia Solidária atingem aqueles que estão excluídos ou em vias de exclusão do mercado formal de trabalho e, também, pessoas historicamente excluídas pertencentes às classes populares, que buscam alternativas para geração de renda.

OBJETIVO

A partir das perspectivas da autogestão e da Economia Solidária, o objetivo deste trabalho foi desenvolver oficinas de geração de renda no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do município de Sagres/SP, com a finalidade de promover a autonomia as mulheres beneficiárias dos programas de transferência de renda: Bolsa Família e Renda Cidadã

METODOLOGIA

Para a realização desta intervenção em Psicologia Social Comunitária, foram executadas oficinas participativas de geração de renda, desenvolvidas no CRAS do município de Sagres (SP). As oficinas participativas aconteceram entre os meses de Dezembro de 2010 e Abril de 2011, contando com a presença de 15 participantes. Foram realizados 10 encontros onde empregou-se técnicas que possibilitem e facilitem aos integrantes do grupo: “vivenciar seus sentimentos, percepções sobre determinados fatos ou informações; refletir sobre eles; ressignificar seus conhecimentos e valores e perceber as possibilidades de mudança” (SILVA, 2002 p.46). Segue abaixo a tabela referente a cada encontro:

DATA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVO	Nº PARTIC.
16/12/2010	Apresentação do modelo de cooperativismo	Despertar o interesse pela geração de renda.	15
15/02/2011	Descobrir Habilidades	Identificar a habilidade pessoal de cada participante.	11

22/02/2011	Quem sou eu?	Produzir uma identidade.	07
01/03/2011	O produto	Estimular a capacidade cognitiva das participantes através da definição de um produto.	09
15/03/2011	Criando logomarca	Confeccionar uma propaganda.	08
22/03/2011	Viabilidade do produto no mercado consumidor	Aprender a aprender	11
29/03/2011	Novo produto: alimentos	Repensar produto e público consumidor	10
05/04/2011	Valores e princípios do cooperativismo	Apresentar os valores do cooperativismo e sua importância para o melhor funcionamento do grupo	10
12/04/2011	Entrega das apostilas e comparativo entre duas experiências autogestionárias	Estimular a crítica entre as participantes sobre a teoria e a prática do cooperativismo	10
19/04/2011	Apresentação da monitora que irá ministrar os cursos de culinária	Planejar o curso prático de culinária (aulas/horas) com a finalidade de geração de renda	10

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O grupo autogestionário teve início no dia 16 de dezembro de 2010, formado por 15 participantes que mostraram interesse em tomar parte da intervenção em Psicologia após a apresentação do modelo de cooperativismo. Estabeleceu-se que a partir do dia 15 de fevereiro de 2011 iniciaria-se o processo de formação autogestionário com a retomada das discussões sobre cooperativismo e os princípios e valores que o permeiam.

A cada encontro foi discutido um princípio do cooperativismo, sendo que o primeiro princípio exposto ao grupo foi o da “Adesão voluntária e livre”, ou seja, uma cooperativa é organizada de forma voluntária, aberta a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e dispostas a assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas ou religiosas.

Nesse encontro, solicitou-se que cada uma delas relatasse suas habilidades, ou seja, algo que já tinham aprendido e que faziam em sua casa, não necessariamente como geração de renda. Buscou-se dimensionar a perspectiva de saberes que envolviam a vida produtiva das participantes, pois, as representações anteriormente estabelecidas com a ação produtiva poderiam acentuar o individualismo e solapar o preceito de relações solidárias presentes nas práticas autogeridas (Miranda & Garcia, 2010).

Dentre as habilidades relatadas destacou-se o crochê, o bordado e artesanatos em geral. Chama a atenção o fato de que a maioria delas já havia feito um curso para geração de renda (panificação, confeitaria), porém não expressavam esta aprendizagem como habilidade aplicada ao seu dia-a-dia. Pode-se considerar que o modelo pedagógico não reflexivo de tais cursos contribua para tal efeito, pois, sem a efetiva apropriação dos saberes, estes não se reproduzem no cotidiano.

A perspectiva emancipadora da educação proposta por Paulo Freire traria relevante contribuição para os cursos de geração de renda, por instrumentalizar a atividade reflexiva e possibilitar uma “experiência compartilhada do aprender sobre si, sobre o outro, sobre o mundo” (Soares e Veríssimo, 2010 p.601)

No segundo momento do encontro foi proposta uma ação onde cada participante foi convidado a representar numa folha em branco de papel algum objeto que lhe ocorresse naquele instante. Ofereceu-se EVA para que a composição se realiza-se a partir da técnica de construção de mosaicos. Outros materiais disponibilizados foram: cola, tesoura, lápis, borracha, régua; lembrando que a disponibilidade destes materiais era inferior ao número de participantes tendo em vista a perspectiva de observar os níveis de cooperação no trabalho.

A escolha da técnica de mosaico para a primeira atividade de produção do grupo compreendeu a necessidade de articular pedaços recortados de EVA em uma disposição que comporia um objeto. Esta ação de representação da realidade proporciona algumas exigências do trabalho autogestionário: o planejamento, a confecção de um produto, a execução de ajustes no produto e a avaliação do produto final. Além disso, evidenciam-se competências individuais que podem ser manejadas no arranjo produtivo do grupo. Na figura 1 notam-se as experiências de “dificuldade” e “frustração” que a técnica de mosaico pode mobilizar. A ausência da legenda dificultaria a compreensão daquilo que foi representado na figura 1, mesmo se tratando de algo esquematicamente simples de configurar conforme apresentado na figura 2. Constitui-se o enfrentamento a estas experiências com ajustes a proposição do mosaico: passou-se a reproduzir a forma dos objetos representados em peças únicas ou em uma discreta combinação entre o bolo e a vela de aniversário (Figura 3).



Figura 1: uvas

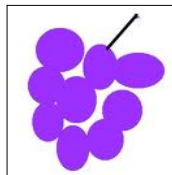


Figura 2: esquema visual

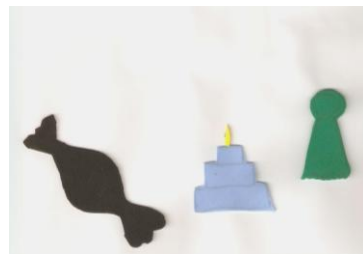


Figura 3: trufa, bolo e porta guardanapos

Na figura 4 nota-se a dificuldade de construir algum objeto a partir da partilha das folhas de EVA. Esta figuração monocromática desvia a proposição da partilha dos meios de produção e ilustra a acentuação do individualismo na prática produtiva, bem distante das práticas de cooperação. Conforme destacam Miranda e Garcia (2010, p.311) “historicamente, a atividade de trabalho vivenciada e aprendida pelas cooperadas é baseada em uma estrutura individualizada”. Em outra produção (figura 5) encontra-se a mobilização de fantasias sobre uma ação futura de venda dos produtos numa festividade coletiva (festa junina). Esta figuração compreende a expectativa de renda e de reconhecimento social que o trabalho autogerido pode mobilizar nas participantes da prática de autogestão.

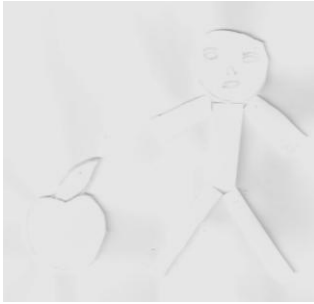


Figura 4: maça e figura humana

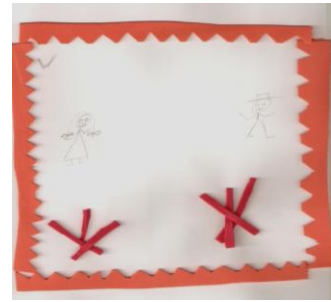


Figura 5: festa junina para venda de produtos

No segundo encontro do grupo de autogestão foi abordado o segundo princípio do cooperativismo: a “gestão democrática pelos membros”. Define-se assim, que todos os componentes participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. A oficina participativa proposta neste encontro contou com a exibição de um vídeo sobre a técnica empregada pelo artista plástico Vik Muniz, que originou o filme “Lixo Extradiordinário”. O trabalho do artista se propagou nos canais abertos de televisão com a abertura da novela *Passione*, da Rede Globo, onde as figuras são formadas a partir de lixo e materiais recicláveis. Após a apresentação do vídeo, foram disponibilizados os seguintes materiais: papel canson, cola, tesoura, botões, retalhos de tecido, fitas, arroz, feijão e macarrão.

Solicitou-se que cada participante se representasse a partir destes materiais. Destaca-se que a proposta de representação de algo, a partir da articulação de elementos presentes no cotidiano é uma variação da técnica de moisaco. Este trabalho de associar elementos e produzir um sentido foi tomado com surpresa por algumas integrantes do grupo que não haviam percebido o processo de formação de figuras na abertura da novela *Passione*. Talvez, conformadas à mídia televisiva que acentua a *cognição monológica* (Jovchelovitch, 2008), nem ao menos reconheciam a apropriação técnica do artista plástico Vik Muniz na composição das imagens. Vale lembrar que a cognição monológica, característica de encontros não dialógicos, torna os indivíduos incapazes “de se descentrar da perspectiva em que estão situados” (Jovchelovitch, 2008 p.230).

Na figura 6 a imagem de si mesmo é apresentada nas cores vivas da saia, do cinto e dos cabelos. Outros elementos denominados pela autora como vaidade, são visualizados no vidro de perfume feito com macarrões e no colar de botões.



Figura 6: perfume, mulher e colar



Figura 7: confecção de bolsas

A bolsa feminina (figura 7) é a figuração de outra componente do grupo sobre a vaidade e as perspectivas que o trabalho poderia propiciar. Talvez, representar-se como uma bolsa ou até mesmo um colar, portaria significados articulados a valores fetichizados e até mesmo melhores condições de vida. A autogestão despertaria a fantasia de distanciamento em relação

aos ciclos de pobreza, temática abordada como uma possibilidade no fechamento da atividade do segundo encontro do grupo. Entretanto, não se efetivaria sem persistência e não se expressaria em consequência imediata do trabalho autogerido.

No terceiro encontro do grupo o objetivo foi estimular as participantes a definir um produto, ou área de atuação que poderiam eleger como o objeto de trabalho da produção autogerida. Iniciou-se com a explanação sobre o terceiro princípio do cooperativismo: “Participação econômica dos membros”. O princípio em questão diz acerca da contribuição equitativa de cada membro para o capital das suas cooperativas, controlado de forma democrática. As participantes contribuíram dizendo que sabem da importância da união do grupo nesse momento, pois tanto os lucros quanto os prejuízos serão divididos igualmente entre elas.

Para mobilizar as participantes nesse encontro, apresentou-se um vídeo denominado “O produto”. Esse vídeo, de autoria de um grupo de comediantes denominados “Barbichas” não deixa claro em nenhum momento o produto que se está vendendo, o que acaba instigando a imaginação do telespectador. Outra característica importante é a ênfase oferecida a necessidade intensa demonstrada por um comprador para adquirir o produto.

Discutiu-se as perspectivas de produzir algo que atende as necessidades básicas das pessoas (como alimentos, por exemplo) ou algum produto ligado ao valor de troca (como artesanato, por exemplo). Seguiu-se com a tarefa de definir um produto para a produção autogerida; delimitar suas características e funções; o público que o consumiria e por fim, criar uma imagem do produto para servir como material de divulgação. Toda esta atividade justifica-se pela necessidade dos participantes da produção autogerida se apropriar dos parâmetros de produção (do planejamento até a comercialização) e distanciar-se do trabalho alienado.

A partir de um consenso, o grupo decidiu que o produto em questão seriam fraldas descartáveis. Justificaram a escolha desse produto dizendo que é um produto que pode ser usado por crianças, idosos, pessoas deficientes e acamadas, ampliando assim o público consumidor. A característica principal desse produto seria não provocar alergia e seria consumido em hospitais, creches, asilos e vendido em farmácias. Após a exposição do produto, surgiu um questionamento entre elas sobre como comprar a máquina para fazer as fraldas. Uma participante sugeriu que elas fizessem um chá beneficente no município, onde iriam vender os artesanatos que aprenderam no CRAS, bolos, salgados e sucos; onde arrecadariam o dinheiro para então comprar a máquina de fraldas. Dividiu-se as funções de cotação de preço da máquina e da matéria-prima necessária e de planejamento do chá beneficente.

É importante ressaltar que a produção de fraldas envolvia uma série de entraves que abrangiam: o elevado custos do equipamento, a dependência da matéria-prima que é vendida exclusivamente pela empresa que comercializa a máquina que confecciona fraldas, a elevada concorrência de empresas que atuam neste setor e até a impossibilidade de comercializar este produto para empresas públicas, pois, não possuíam um Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica (CNPJ) e estavam impossibilitadas de emitir nota fiscal.

O contato das participantes com estas dificuldades, se por um lado é despontencializadora por determinar uma série de limitações, por outro propõe “que o trabalhador participe da gestão dos problemas essenciais da empresa, da concepção de um novo tipo de processo de trabalho e da construção de uma sociedade produtora de valores de uso” (Novaes e Dagnino, 2010

p.242). Estas situações seriam discutidas em oficinas participativas subsequentes, momento em que poderiam se distanciar da referência idealizada da produção de fraldas. Independentemente de se fazer ou não as fraldas, as oficinas permitiriam exercitar o planejamento, a análise da viabilidade, as limitações e as estratégias de enfrentamento a estes entraves; estariam se engajando como “agente político impulsionador de novos espaços de deliberação política, cuja perspectiva é a adoção de um sistema de regulação que garanta a coexistência de diferentes lógicas econômicas” (Gaiger, 2008 p.11).

No quinto encontro do grupo de autogestão ofereceu-se continuidade a temática da escolha pela produção de fraldas. A partir da criação de uma propaganda para esse produto, buscou-se estabelecer a apropriação das dificuldades elencadas acima e, em paralelo, desenvolver habilidades para apresentar o objeto imaginário do trabalho que fariam em autogestão. Relembrou-se os três primeiros princípios do cooperativismo e discutiu-se o princípio de “Autonomia e Independência”.

Através de uma produção gráfica (texto/desenho) as usuárias confeccionaram uma propaganda para fraldas. Essa produção foi executada individualmente, porém a idéia central foi coletiva e alguns indivíduos foram escolhidos para funções específicas. Consideraram primordial para a propaganda das fraldas os seguintes aspectos:

- a) embalagem colorida e atrativa;
- b) produto antialérgico;
- c) garantia de conforto e maciez;
- d) gel com boa qualidade e quantidade adequada para absorver a urina e;
- e) fita adesiva grossa de boa aderência.

É plausível que estes aspectos retratassem a apreensão de parâmetros de outros produtos disponíveis no mercado. Entretanto, agenciava esforços cognitivos para representar algo e posicioná-lo em uma esfera representativa que pudesse ser apreendida por futuros consumidores do produto. A figura 8 mostra o esquema gráfico constituído para apresentar o produto de boa qualidade e uma possível comparação com a fralda de pano. Na figura 9 encontra-se o texto de divulgação do produto.



Figura 8: Publicidade do produto

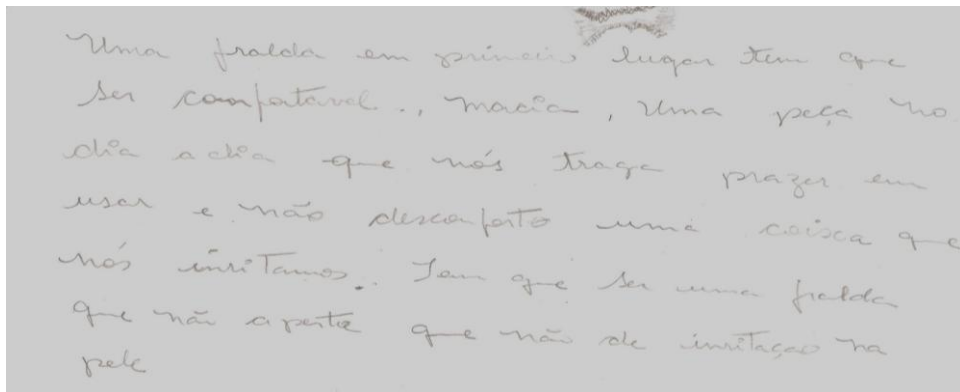


Figura 9: Texto de divulgação da fralda descartável

Na sexta oficina do grupo autogestionário foi apresentado o quinto princípio do cooperativismo: “Educação, formação e informação”. Este princípio enfatiza a construção do conhecimento como estratégia de sustentação e crescimento em autogestão, envolve a apropriação dos saberes que circulam no espaço comunitário e exige o posicionamento do trabalhador como questionador das forças que atravessam a ação produtiva. Foi o momento propício para discutir a inviabilidade da confecção e oferta das fraldas ao mercado consumidor. Expôs-se a imobilização de capital necessária para a aquisição da máquina de fraldas, a dificuldade de conseguir comprá-la com eventos beneficentes e a dependência relativa ao acesso a matéria-prima.

Outro fator discutido e percebido como limitador envolveu a compreensão de que creches, hospitais e asilos, anteriormente definidos como futuros consumidores do produto realizam suas compras através de licitações. Esse processo administrativo para contratação de serviços ou aquisição de produtos exige a formalização de uma identidade jurídica e a disputa com outros concorrentes. Assim, concluiu-se pela inviabilidade da produção de fraldas, ao menos no momento inicial da produção autogerida. Conforme enfatiza Andrada (2006, p.1) em sua análise sobre a autogestão, são nesses momentos críticos, momentos de desconstrução de referências que se propõe resignificações ao que vem a ser percebido com impasses e torna-se necessário experienciar o “replanejamento cotidiano do trabalho e das negociações micropolíticas”.

Diante dessa situação, a função de mediador do profissional de psicologia incitou a discussão sobre a utilização de uma estrutura física mantida pela prefeitura local, denominada Padaria Artesanal, como alternativa para a produção autogerida. A representação mobilizada envolveu a formação de saberes para o estabelecimento de um mini buffet. A perspectiva de produzir salgados e confeitados para comemorações se fundamentou na dimensão que o mercado de formaturas, casamentos e festas infantis tem na economia local. Além disso, sugeriram que poderiam diversificar a produção em datas comemorativas como páscoa, natal e dia dos namorados.

Finalizou-se a oficina participativa em autogestão deste dia com a proposição de que “a coexistência e inclusão de diferentes sistemas de conhecimento” (Jovchelovitch, 2008 p.240), ou seja, a hibridização das idéias é uma orientação do processo de apropriação de

conhecimentos. A hibridização é definida como um “processo que cria novas representações a partir de diálogos entre saberes” (Jovchelovitch, 2008 p.241).

No sétimo encontro do grupo de autogestão foi apresentado o princípio de “Intercooperação” entre os membros do cooperativismo e economia solidária. Este princípio envolve a partilha de conhecimento técnicos e de práticas exitosas entre os grupos autogeridos. Enfatizou-se a relevância de conhecer a atuação de outros grupos econômicos solidários “pelo fato de que nesse contexto, trabalho manual e intelectual estão íntima e complexamente articulados, provocando a resolução dos problemas inerentes aos processos de planejamento, organização e realização de tarefas no contexto de uma relação dialógica” (Andrade, 2008 p.0-0).

A partir de imagens sobre bolos, doces, salgadinhos, tortas, compotas e geléias, pão caseiro, comidas prontas e congeladas, discutia-se a viabilidade da produção e oferta do produto no mercado consumidor, bem como possíveis estratégias de comercialização e clientes. Dimensionava-se como um mesmo produto pode ser feito da maneira simples (bolo de fubá) ou de uma maneira mais requintada (bolo de pasta americana).

O recurso metodológico do uso de imagens como “função de modelo” (Neiva-Silva e Koller, 2002) permite a expressão discursivo de uma diversidade de afetos, inclusive, da impotência frente a realização dos produtos alimentícios. Produz-se uma discussão sobre o desejo que envolve os alimentos visualizados na fotografia e a instrumentalização das integrantes do grupo para produzi-los naquelas dimensões de desejabilidade visualizadas nas fotografias. Finalizaram-se as atividades deste encontro formalizando a necessidade da capacitação profissional e firmando o encontro com uma monitora de culinária e confeitaria na próxima atividade do grupo.

O oitavo encontro do grupo de autogestão abordou o último princípio do cooperativismo: o “Interesse pela comunidade”. Este princípio enfatiza o desenvolvimento sustentável na articulação da atividade autogestionária com a comunidade. Destaca-se que entre as proposições da sustentabilidade encontra-se o reconhecimento da interligação das relações comunitárias com a prática produtiva que se processa no interior do grupo autogerido. Para a sustentabilidade do grupo, alguns parâmetros podem ser definidos como orientadores das relações sociais intragrupais. Por isso, solicitou-se que as integrantes escrevessem as características que julgavam primordiais para o grupo de geração de renda. Organizaram-se em dois grupos e tiveram um tempo de aproximadamente 20 minutos para apresentar suas propostas.

As proposições envolveram o entendimento, a solidariedade e o respeito entre os membros; procurando não trazer problemas pessoais para dentro da cooperativa. É relevante destacar a perspectiva de segmentação da ação produtiva e do espaço familiar, mantidos em campos subjetivos distantes. É plausível que tal proposta seja um reflexo de aprendizagens peculiares que ocorreram em suas articulações com o trabalho assalariado. Considerando o parâmetro de sustentabilidade abordado no início da oficina participativa foi pertinente discutir que as relações sustentáveis não se estabelecem a partir da hierarquização da importância dos lugares (trabalho-casa-comunidade). O trabalho não é poupado das circunstâncias críticas que envolvem as vivências afetivas; ele é um meio de ressignificação do sofrimento. Sato (2002) enfatiza que relações desprendidas da díade dominação/submissão comportam a participação de singularidades nas trocas discursivas que envolvem a produção.

O nono encontro do grupo de Geração de Renda foi instrumentalizado a partir da exibição em vídeo de duas experiências autogestionárias. A primeira referia-se a uma cooperativa de artesanato feito com palha de milho e a segunda envolvia a experiência de uma publicitária que montou seu próprio negócio especializado em brigadeiro. A proposta desse encontro foi estimular nas participantes a capacidade analítica em relação às situações apresentadas e, como consequência, tomar como referência alguma particularidade dos modelos de geração de renda apresentadas.

Do primeiro vídeo, foi possível discutir questões como: espaço físico próprio, divisão dos ganhos e persistência para atingir os resultados. Do segundo vídeo destacou-se a criatividade como diferencial na hora de oferecer um produto para os consumidores. Chamou atenção a perspectiva de que um mesmo produto pode ser apresentado de diversas formas, como o exemplo dos brigadeiros servidos em marmitas para presentear em situações especiais. Buscou-se mobilizar as participantes para perceber qual dos dois modelos era semelhante ao modelo desenvolvido pelo grupo autogestionário. As opiniões foram diversificadas e o exercício da dialogicidade permitiu o estabelecimento de um consenso sobre a noção de que o grupo portaria semelhanças com ambos os vídeos. Nesta prática propiciou-se a experiência relativa a formação de vínculos interpessoais entre as integrantes do grupo. Assim, permitia-se a realização de níveis de identificação que conforme destacado por Guimarães e Celes (2007):

“É interessante ressaltar que a natureza da identificação na psicologia de grupos também assegura a consistência desse mesmo processo na psicologia individual, ou seja, no reconhecimento da identificação como a mais remota expressão de um *laço emocional* com outra pessoa” (GUIMARÃES & CELES, 2007 p.344).

O décimo encontro compreendeu a apresentação de uma instrutora que ministrou aulas de culinária para capacitar o grupo autogestionário. A professora iniciou sua apresentação contando sua experiência prática com grupos de geração de renda e como essas experiências evoluíram e suas distintas conformações. As participantes foram questionadas sobre qual era a visão delas a respeito do cooperativismo e geração de renda. A troca de informação permitiu visualizar que os princípios de cooperativismo foram, em alguma medida, internalizados pelas participantes. De tal forma, o contato com a instrutora de culinária fomentou a síntese dos elementos internalizados durante as oficinas autogestionárias.

Foi anteriormente definido pelo grupo que aprenderiam a fazer e comercializar salgadinhos em geral, tais como: assados, lanches frios e tortas. A concepção definida na ação autogestionária foi começar a produção e buscar públicos específicos para tentar estabelecer um coletivo de consumidores. O público definido como alvo da ação foram funcionários públicos e de uma indústria de confecções situada no município. Foram escolhidos por não contarem com espaços em nos ambientes de trabalho para realizarem o lanche da tarde. Durante as aulas práticas sobre culinária será discutida a formação de preços, a apresentação dos produtos e a forma de expansão do mercado de consumidores. Estas dimensões práticas extrapolam as intervenções que permearam as oficinas de autogestão e permitem que os princípios de empresas autogeridas possam ser experienciados na materialidade das redes de trocas sociais. Costa e Brandão (2005) afirmam que:

“Está implícito à formação de rede um resgate do ser como protagonista de sua vida e de suas relações sociais, uma transformação de pessoa-objeto em pessoa-sujeito, uma

clara visualização de seus recursos emocionais e mentais, uma valorização de seus saberes, uma consciência de seu papel social” (Costa e Brandão, 2005 p.37).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar que a promoção da saúde se efetiva no envolvimento contínuo com as relações societárias, a proposição do trabalho autogerido pode ser compreendido como meio que proporciona tal objetivo aos indivíduos que utilizam serviços de assistência social e de saúde. Apropriar-se das referências técnicas que abrangem a produção e a comercialização de produtos, possui valor de ruptura com a alienação do trabalho e impulsiona a percepção do espaço social como campo para apreensão de saberes.

Mesmo que a autonomia financeira não seja estabelecida, a perspectiva constitutiva do empreendimento autogerido estimula a observação da intragrupalidade e a abordagem dos impasses a partir dos recursos cognitivos que compõe a singularidade dos indivíduos. Perceber-se no arranjo de uma intragrupalidade e servir-se dos efeitos que grupos despertam nos espaços psíquicos é um desdobramento que a participação na autogestão oferece.

O estabelecimento da autonomia, ao se ampliar do parâmetro financeiro, enfatiza a interlocução com os grupos presentes no espaço comunitário. É plausível que sentir-se ativo nas redes vinculares possibilite que o trabalho seja vivenciado como incentivo para a participação em outros espaços psíquicos. Fora da perspectiva restrita da intragrupalidade é possível sentir-se como participante de um âmbito ampliado em relação ao seu grupo familiar, de amizade e do serviço de assistência social. Nesse sentido a autonomia se refere a interpretação das trocas sociais como espaços intersíquicos de investimento.

Conclui-se, indicando que os processos de aprendizagem que são emoldurados nas atividades das oficinas autogestionárias mobilizam os indivíduos a uma distinta percepção da comunidade; passa a ligá-la como campo para a realização de enlances e apropriações, que se firmam além das trocas materiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADA, Cris Fernández. Onde a autogestão acontece: revelações a partir do cotidiano. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v.9, n.1, p.1-14, 2006.

ANDRADE, Márcia Campos. O nascimento de uma associação de catadores de material reciclável: um estudo de caso. *Psicologia para América Latina*, n.14, p.0-0, 2008.

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. *Os Valores da Economia Solidária*. Sociologias, Porto Alegre, n.21, jun. 2009, p. 282-317.

COSTA, Liana Fotunato; BRANDÃO, Shyrlene Nunes. Abordagem clínica no contexto comunitário: uma perspectiva integradora. *Psicologia & Sociedade*, v.17, n.2, p.33-41, 2005.

CASTANHEIRA, Maria Eugênia Monteiro; PEREIRA, José Roberto. *Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão*. Katálysis, Florianópolis, v. 11, n. 1, jun. 2008, p. 116-122.

COSTA, Liana Fortunato; BRANDÃO, Shirlene Nunes. Abordagem clínica no contexto comunitário: uma perspectiva integradora. *Psicologia & Sociedade*, v.17, n.2, p.33-41, 2005.

DALLARI, D.A. *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998. p.14

FREITAS, M. F. Q. 1999. *Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária - prática da psicologia em comunidades nas décadas de 60 a 90, no Brasil*. In: CAMPOS, R. H. F. (Org). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, pp.73.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. *Revista Katálysis*, v.11, n.1, p.11-19, 2008.

GODOY, Frederico; CRUZ, Georgina Ferreira de Paiva. Estado e movimento cooperativista: problematização sobre as políticas públicas de inclusão e cooperação. In: CONSTANTINO, Elizabeth Piemont (org). *Psicologia, Estado e políticas públicas*. Assis: UNESP, p. 175-190, 2010.

GUIMARÃES, Veridiana Canezin; CELES, Luis Augusto M. O psíquico e o social numa perspectiva metapsicológica: o conceito de identificação em Freud. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 23, n. 3, p. 341-346, 2007.

JOVCHELOVTCH, Sandra. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2008.

LECHAT, Noëlle M. P.; BARCELOS, Eronita da Silva. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. *Revista Katálysis*, v. 11, n. 1, p. 96-104, 2008.

LIXO.COM.BR. Coleta Seletiva – Planejamento, 1996. Disponível em: <http://www.lixo.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=134&Itemid=241>. Acesso em 25 de ago. de 2010.

MIRANDA, Raquel Ferreira; GARCIA, Agnaldo. As mulheres da Ilha das Caieiras: relacionamento interpessoal e cooperação na formação e no funcionamento de uma cooperativa. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v.13, n.2, p.301-317, 2010.

NEIVA-SILVA, Lucas; KOLLER, Silvia Helena. O uso da fotografia na pesquisa em Psicologia. *Estudos de Psicologia*, v.7, n.2, p.237-250, 2002.

NERY, Maria da Penha; COSTA, Liana Fortunato. A pesquisa em Psicologia Clínica: do indivíduo ao grupo. *Estudos de Psicologia*, v.25, n.2, p.241-250, 2008.

NOVAES, Henrique; DAGNINO, Renato. NOVAES, Henrique; DAGNINO, Renato. A participação do trabalhador na fábrica: contrastes entre as propostas do modelo japonês e as propostas autogestionárias. *Sociologias*, v.12, n.24, p. 242-267, 2010.

Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.72 p.

RAZETO, Luis. *Los Caminos de la Economía de Solidaridad*. Buenos Aires: LUMENHVMANITAS, 1997.

SATO, Leny. Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas. *Cadernos de Saúde Pública*, v.18, n.5, p.1147-1166, 2002.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. O que é Cooperativa? – Site Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: out/2010.

SILVA, Rosalina Carvalho da. *Metodologias participativas para trabalhos de promoção de saúde e cidadania*. São Paulo: Vetor, 2002.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Luciana Loyola Madeira; VERÍSSIMO, Luiz, José. A formação do aluno na graduação em Psicologia pela Pedagogia de Paulo Freire. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.30, n.3, p. 588-603, 2010.

SOUSA, Cleide Maria de; MENDES, Ana Magnólia. *Viver do lixo ou no lixo? A relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativos no Distrito Federal estudo exploratório*. Rev. Psicol., Organ. Trab., Florianópolis, v. 6, n. 2, dez. 2006, p. 13-42.

WALKER, Lucy. *Lixo extraordinário*. Downtown Filmes/O2 Filmes, 2010.

VIEITEZ, Cândido Giraldez. *A empresa sem patrão*. Marília: UNESP, 1997.